

A ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS: bases metodológicas e empíricas

Paul E. Little
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

VERSÃO PRELIMINAR SEM REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Introdução

Na primeira parte deste trabalho, vou apresentar uma metodologia de pesquisa sobre os conflitos sócio-ambientais, com o intuito de identificar suas raízes e, quando possível, procurar soluções para eles. Na segunda parte, vou apresentar brevemente um estudo de caso sobre conflitos em torno da pesca na Amazônia.

Parto de uma definição básica de conflitos sócio-ambientais: embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como *sócio-ambiental* quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico.

Bases Metodológicas da Ecologia Política

Uma abordagem sobre conflitos sócio-ambientais que vem se consolidando nas últimas duas décadas nas ciências sociais é conhecida como “ecologia política”. Há vários elementos da abordagem da ecologia política que precisam ser mencionados rapidamente aqui. Primeiro, existe a necessidade de lidar simultaneamente com as dimensões social e biofísica – portanto o termo sócio-ambiental – e não simplesmente o ambiental ou o social por separada, como fazem as ciências naturais e as ciências sociais, respectivamente. Se a análise social confronta o desafio de incorporar as dinâmicas do mundo biofísico dentro de sua prática, as ciências naturais enfrentam o desafio inverso: no seu entendimento dos distintos ciclos naturais teria que levar em conta o mundo humano e suas estruturas políticas e sócio-econômicas. Em ambos os casos, é necessário que haja um diálogo profundo entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais para produzir uma ciência verdadeiramente ecológica que focaliza o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social. Isto, por sua vez, requer certas mudanças paradigmáticas na prática científica nos planos epistemológico, metodológico etc.

Segundo, a noção de “simetria epistemológica” postula que as causas de um fenômeno determinada podem proceder tanto do mundo social quanto do mundo natural. Em muitos casos, os cientistas sociais só procuram causas sociais e ignoram as causas biofísicas. Na implementação analítica dessa simetria, as ciências sociais vem usando o conceito de “agente natural”, no qual as forças da natureza são consideradas como uma espécie de ator, no sentido de que “agem” sobre uma realidade determinada, mas que diferem qualitativamente dos atores sociais já que não tem “vontade” nem “intencionalidade”. Na medida que ambos tipos de ator são tratados com o potencial de influir na construção de uma paisagem determinada, segue o princípio de simetria epistemológica. Os cientistas naturais, por sua parte, que tendem a lidar exclusivamente com causas biofísicas, também precisam de novos conceitos que lhes permitem incorporar a ação antrópica como elemento integral nas suas análises. Para tanto, o pesquisador em ecologia política precisa mapear as principais forças biofísicas, tais como a conformação geológica de uma região, a evolução biológica da fauna e flora e os fluxos hídricos, junto com as principais atividades humanas, tais como os sistemas agrícolas, os efluentes industriais lançados ao ambiente e a infra-estrutura de transporte e comunicação instalada na região. Além de estar atento aos dois lados dessa causalidade, o pesquisador também procura identificar as novas realidades sócio-ambientais que surgem das interações entre esses dois mundos e que só uma abordagem ecológica é preparada em enxergar.

Terceiro, a ecologia política é uma metodologia na qual as *relações* são o foco de análise. Essas relações se expressam mediante múltiplas esferas de interação, cada um das quais tem suas próprias regras e normas de funcionamento. Quando pensamos, por exemplo, em interações virais estamos aparentemente dentro da esfera da epidemiologia. Quando procuramos, porém, entender uma pandemia mundial como AIDS, temos que entender também as inter-relações psíquicas (esfera psicológica), as condutas sexuais (esfera sexual), os fluxos migratórios (esfera demográfica), as forças do mercado (esfera econômica) e as práticas de pesquisa (esfera científica), só para mencionar alguns. As ciências ecológicas sempre estão lidando com distintas esferas de interação, o que demanda uma abordagem transdisciplinar. Por isso, a ecologia política incorpora conceitos, métodos e enfoques de diversas disciplinas tais como a antropologia, a ecologia humana, a geografia, a medicina, a economia política, a botânica e a história, entre outras.

Quarto, a abordagem da ecologia política requer a ampliação do marco temporal da pesquisa para tratar as temporalidades geológica (expressa em milhões de anos), biológica (milhares de anos) e social (centenas de anos) em forma conjunta. Nesse processo, o

conceito de *paisagem* é de muito utilidade, já que tem uma dimensão tanto humana quanto biofísica e registra mudanças, tais como mudanças climáticas ou nas correntes oceânicas, que somente tornam visíveis depois de um longo lapso de tempo. Para entender mudanças na paisagem, pode empregar a historiografia da “longa duração” desenvolvido pelos historiadores franceses a partir dos anos 1920 e posteriormente expandida por Fernand Braudel. A linha de pesquisa da história ambiental representa uma tentativa mais recente de incorporar as temporalidades do mundo biofísico dentro da análise da história humana. Dessa forma, os historiadores, que antes se limitavam a tratar a história social, e os geólogos e biólogos, que reconstruíam a história natural de um lugar, combinam seus enfoques dentro dessa nova linha de pesquisa que procura entender as mudanças de longa duração na paisagem com base na análise das distintas ondas de ocupação humana e seus respectivos impactos ambientais.

Quinto, outro requerimento da ecologia política é ter uma delimitação biogeográfica adequada para contar essa história ambiental. Por um lado, não pode ser amplo demais, o que dificultaria a identificação de processos básicos devido à complexidade, e, por outro, não pode ser restrito demais, o que ocultaria da vista processos no nível do ecossistema ou do bioma. Uma das delimitações mais promissoras é a da bacia hidrográfica, também tratada na literatura antropológica como uma “região sócio-natural”. Uma bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica e uma área onde diversos grupos sociais, com as suas respectivas instituições sócio-econômicas, constroem um modo de vida particular.

Sexto, outro método importante da ecologia política é o uso da macro-análise para contextualizar os conflitos dentro de um marco maior. A abordagem da economia política é a base da macro-análise e trata de temas como o sistema capitalista e o atual avanço da ideologia neoliberal, as situações de neocolonialismo político e cultural, os processos vertiginosos de globalização tecnológica e o novo quadro geopolítico e militar. Em muitos casos, essa abordagem levanta à vista os choques entre sistemas produtivos, os quais tem consequências diretas para o tema ambiental.

Etnografando um Conflito Sócio-ambiental

A análise etnográfica de um conflito sócio-ambiental específico começa com a identificação do *foco central do conflito*: o que realmente está em jogo. É claro que um conflito, em muitos casos, vai ter várias dimensões, movimentos ou fenômenos complexos mas, da maneira que conseguimos identificar os pontos críticos já estamos avançando no entendimento da dinâmica do conflito. Localizo, pelo menos, três grandes tipos de conflitos:

(1) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.; (2) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc.; e (3) conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. Essa tipologia serve, em parte, de tratar o foco central do conflito para melhor entendê-lo e resolvê-lo.

A identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos é outro elemento fundamental para o estudo de conflitos sócio-ambientais, já que tenta explicitar os interesses específicos em jogo no conflito, seguido por um levantamento das interações entre cada um desses atores sociais. Para entender um conflito na sua totalidade, o pesquisador tem a obrigação de entender as intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos, mesmo que tenha preferência por um dos grupos envolvidos.

Outro passo na análise dos atores sociais é a descrição das suas distintas *cotas de poder*. No mapeamento dessas cotas, é preciso incluir os poderes formais e informais. Em muitos casos, o exercício do poder não acontece em arenas formais, obrigando o pesquisador de descobrir os jogos ocultos de poder, seja nos arquivos oficiais do Estado, como ocorre nos casos de grilagem de terras, seja na escuridão da noite num acampamento rural, como em casos de jagunços que estão matando pessoas.

O mapeamento das interações políticas ajuda o pesquisador entender *dinâmica própria* de cada conflito. Um conflito pode vacilar durante anos entre estágios latente e manifesto: pode haver momentos em que o conflito fica muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” de novo. Assim, o entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa. Também deve analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução, com o entendimento que podem haver várias maneiras de resolução.

Na análise dos conflitos sócio-ambientais, temos que ter um certo cuidado em postular soluções tecnicistas. A noção de ordenamento territorial, por exemplo, é certamente importante e pode representar uma contribuição para a solução de um determinado conflito. Todavia, existe uma certa linha de pensamento sobre o ordenamento territorial envolvendo o

zoneamento ecológico-econômico de uma região que lançam critérios puramente técnicos para determinar o uso idôneo da região. Como antropólogo não acredito que podemos determinar tecnicamente quais dos múltiplos usos de uma área é ótimo: uma terra indígena, por exemplo, onde o povo indígena reivindica controle sobre uma área com base nos seus direitos, pode ser propício para atividades de mineração ou exploração florestal desde uma perspectiva economicista, ou pode também servir para ser um parque nacional devido a suas características biofísicas únicas. A decisão sobre o uso depende, na última instância, nas valorizações em conflito e não em critérios técnicos ou econômicos de custo-benefício. É por isso que o foco principal da pesquisa sobre os conflitos sócio-ambientais desde as ciências sociais são os distintos atores sociais e suas respectivas reivindicações.

Os Conflitos em torno da Pesca na Várzea Amazônica

Com base na metodologia que acaba de ser apresentada gostaria de analisar, brevemente, um caso de conflitos em torno da pesca na várzea do rio Amazonas. Quanto à contextualização biogeográfica da várzea, um elemento que sobressai são os grandes fluxos e refluxos anuais do nível d'água, criando uma planície inundável que pode durar entre quatro a onze meses em um ano, sendo que o nível do rio Amazonas pode variar em até 14 metros. A área da várzea é estimada em 300 mil quilômetros quadrados. É um ecossistema extremamente dinâmico e produtivo, particularmente no referente aos peixes. A duas localidades da maior produção de peixes no rio Amazonas são o estuário e a várzea. É importante frisar que a várzea está sob controle do Governo Federal desde de 1946. Durante a segunda metade do século XX, porém, o Governo Federal fez muito pouco para efetivamente implementar esse controle e a várzea foi deixada à mercê das forças de mercado e da expansão de novas frentes produtivas.

Embora os conflitos sobre a pesca envolvem muitos atores sociais, quero enfatizar dois conjuntos deles que considero o nó do assunto. Primeiro, há os ribeirinhos: populações tradicionais que podem ou não ser povos indígenas, já que há comunidades de ribeirinhos que agora estão se identificando como indígenas, enquanto outros renegam essa identidade. De todo forma, os ribeirinhos representam uma população ambientalmente diferenciada considerando que seu modo de adaptação é sintonizada com os fluxos hídricos do rio Amazonas. Esse modo de adaptação na várzea é fundamentado na pesca, sendo que o peixe fornece a fonte principal para a subsistência dos ribeirinhos. Os ribeirinhos tem uma territorialidade historicamente estabelecida na várzea, mesmo que ela não seja formalmente reconhecida pelo governo brasileiro.

Como contraponto, existe o crescimento acelerado das cidades do vale do rio Amazonas. A partir de 1967, usando o estabelecimento da Zona Franca de Manaus como ponto de referência, houve um aumento considerável nos incentivos governamentais para a colonização agrária, a mineração industrial, a corte de madeira e a industrialização da Amazônia em geral, o que produziu, entre outras coisas, o crescimento vertiginoso de várias cidades amazônicas, concentrando-se em Manaus e Belém, que hoje têm mais de 1,5 milhão de pessoas cada uma. Esse crescimento trouxe conseqüências diretas para a várzea, especificamente enquanto um acelerado aumento na demanda para o peixe por parte das populações urbanas. Paralelamente, houve uma ampliação da frota de pesca comercial para abastecer essa demanda, o que foi acompanhado pelo uso de novas tecnologias tais como as redes sintéticas e os chamados geleiros, barcos com capacidade de gelar imediatamente os peixes coletados.

Com isso perfila-se um conflito básico entre os ribeirinhos e os geleiros, no qual o abastecimento da demanda para peixe nas cidades por parte das frotas pesqueiras industriais provocou um declínio dramático nos estoques de certas espécies de peixe. Para manter o nível de produção os geleiros precisavam expandir sua área de exploração e, a partir da década de 1970, começaram a invadir as áreas de várzea controladas e exploradas historicamente pelos ribeirinhos. Esse processo continuou durante toda a década de 1980 e agravou o fenômeno de esgotamento de estoques de peixes na várzea, essa vez com conseqüências negativas para a subsistência dos ribeirinhos. Essa nova situação conduziu a confrontos diretos, às vezes violentos, e a acusações e reivindicações contraditórias em torno da atividade da pesca.

A Co-gestão das Águas na Várzea

A partir da década de 1990, surgiu uma nova fase do conflito devido a uma série de fatores. Houve mobilizações políticas por parte dos ribeirinhos, dos cientistas e dos ambientalistas. Novos estudos se realizaram, o que foi seguido pela implantação de técnicas de gestão ambiental. A área protegida de Mamirauá foi estabelecida, primeiro como estação ecológica estadual em 1990 e depois como reserva de desenvolvimento sustentável em 1996. Com 1,2 milhão de hectares manejados por meio de distintas zonas de uso, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá tornou-se a maior área protegida de várzea de todo a bacia amazônica e estimulou a implantação de novas práticas de gestão ambiental em distintas partes do vale do rio Amazonas. Nessa mesma década, surgiu novos arranjos políticos com base na noção de co-gestão do território mediante a criação de Reservas

Extrativistas. Na várzea esse conceito foi ampliado para incluir a co-gestão das *águas*, e não só a co-gestão da terra propriamente dita. Assim começou de falar na co-gestão de lagos, rios, canais, etc. A idéia de co-gestão na várzea, porém, implica que distintos grupos sociais e instituições – o governo federal ou estadual, as organizações ambientalistas da sociedade civil, as universidades e institutos de pesquisa – estariam compartilhando a responsabilidade de manejo de uma área específica com os ribeirinhos.

No final da década de 1990, houve o estabelecimento extra-oficial de “acordos comunitários de pesca” entre distintos grupos de ribeirinhos, evidenciando assim uma transformação importante. Eles estavam se organizando, extra-oficialmente, para proteger seus interesses ao mesmo tempo que estavam conservando os estoques de peixe. Nesses acordos, o acesso a suas áreas de uso tradicional foi proibido aos geleiros e normas internas sobre a tecnologia de pesca a ser usada e as épocas permitidas para a pesca foram estabelecidas. Embora essas práticas podem ser consideradas como tentativas de resolver os conflitos em torno da pesca, em muitos casos teve o efeito de polarizá-los ainda mais, já que os geleiros reclamavam que os ribeirinhos estavam fazendo sua própria lei e, portanto, não havia nenhuma legitimidade daqueles acordos de pesca. Também nessa mesma década, houve a implantação de vários conselhos municipais de pesca, o que criou, pela primeira vez, estruturas políticas locais para tratar os assuntos da pesca.

Na primeira década do século XXI, houve outras mudanças importantes na organização dos ribeirinhos. Dois Encontros de Manejo Comunitário de Pesca na Amazônia foram realizados, o primeiro em Manaus em 2002 e o segundo em Belém em 2003, os quais consolidaram uma articulação regional entre ribeirinhos, pescadores, cientistas e organizações ambientalistas não-governamentais interessados na noção de manejo comunitário. Em dezembro do 2002, os acordos de pesca foram incorporados nas normas do Ibama pela portaria no. 29. Nesse caso, a velha prática de Ibama de impor regras e multas aos comunidades locais foi invertida, uma vez que foram essas mesmas comunidades que se organizaram e pressionaram o órgão ambiental a reconhecer e formalizar suas práticas como instrumentos de manejo ambiental. Isto os dá legitimidade frente à indústria de pesca ao mesmo tempo que tende a elevar seu grau de eficácia.

Conclusões

Podemos lançar algumas conclusões tentativas deste estudo de caso. Nesses vinte e cinco anos de conflitos em torno da pesca na várzea houve um claro processo de fortalecimento das instâncias locais e seu subsequente reconhecimento pelos órgãos

ambientais. O fato de que as instâncias locais estão se fortalecendo, consolidando e, em alguns casos, impondo novos regulamentos, representa uma mudança significativa, dado que na história da Amazônia as decisões produtivas são feitas, em geral, pelos grandes poderes econômicos vinculados às elites regionais que se beneficiam das práticas de exploração desordenada dos recursos naturais. Como se explica a força e rapidez com que essa nova forma de manejo se instalou na várzea? Em parte é explicável pela força com que o movimento ambientalista tem entrado na Amazônia, sendo isto um resultado de vinte anos de militância. Se há duas décadas não se falava de manejo ambiental, hoje em dia existe uma grande quantidade de novas práticas e políticas de manejo ambiental.

Todavia, as áreas sob manejo continuam sendo pequenas quando comparadas com as áreas de exploração sem nenhuma controle ambiental. Nessa fase de transição para um novo modelo de uso da várzea, falta a produção de novos conhecimentos e da realização de estudos sobre os variados fluxos sócio-ambientais da várzea. Até o momento o nosso conhecimento continua sendo fragmentado – um especialista em ciências naturais pode entender, por exemplo, a dinâmica de uma espécie de peixe ou de espécie vegetal e outro especialista em ciências sociais pode entender as causas econômicas e sociais trás as migrações de um grupo específico de ribeirinhos – mas ainda não está claro a *dinâmica ecológica num nível marco-regional*. Como a várzea é uma área extremamente dinâmica, tanto no plano natural quanto no social, a falta de informação nesse nível dificulta a implementação de programas de manejo ambiental numa forma extensiva.

Finalizo essa apresentação com uma distinção importante no estudo dos conflitos sócio-ambientais entre os conflitos “tratáveis” e “intratáveis”. Existe a noção de que certas conflitos são intratáveis, isto é, não necessariamente são resolvíveis, o que demanda mecanismos para gerir o conflito ou para diminuir o grau de polarização entre os grupos. Daí, apresento o que considero um problema que pode ser enquadrado na noção dos conflitos intratáveis: a incorporação ambiental das grandes cidades amazônicas na várzea. A questão é se a várzea pode suportar ambientalmente uma cidade de dois ou três milhões de pessoas. Se o crescimento das cidades continua no ritmo atual, coloca em risco sua mesma viabilidade ambiental. Para voltar ao tema que foi analisado aqui, onde vão tirar peixe para esse quantidade de pessoas nas próximas duas gerações? Além do mais, na maneira que essas cidades vão crescendo, criam novos problemas urbanos. Outro fator que dificulta essa situação é que ainda não existe uma política urbana articulada para a Amazônia. Para tanto, os conflitos sócio-ambientais tendem a agravar-se e dificilmente encontrarão “soluções”. Esse é talvez a principal problema de médio prazo que a várzea, enquanto região sócio-

natural, confronto e precisa ser claramente enfrentado pelos governantes, pelos agentes econômicos, pela sociedade civil e pelas comunidades locais. Em outras palavras, é urgente a procura de práticas que podem tornar essas aglomerações humanas em cidades sustentáveis. Se isto não é possível, os conflitos sobre a pesca irão continuar nas próximas décadas, mesmo com a implementação de práticas de manejo ambiental. É isto que queria falar para vocês.